

Comunicado - NOVACAP/PRES/NLC

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO**Referência:** Pregão Eletrônico nº 037/2024 – NLC/PRES**Objeto:** Registro de Preços para aquisição de poltronas e cadeiras para os empregados da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, conforme descrições, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.**1. DA INTRODUÇÃO**

- 1.1. O Pregão Eletrônico nº 037/2024 – NLC/PRES teve o seu edital publicado no dia 26 de novembro 2024, com abertura do certame prevista para o dia 11 de dezembro de 2024 às 9hrs.
- 1.2. Foi apresentado o seguinte pedido, conforme Doc. SEI/GDF nº 157782510.

2. DA TEMPESTIVIDADE

- 2.1. Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente pedido de esclarecimento, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

3. RELATO

- 3.1. Em suas razões, a empresa pugna por:

| DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE | DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO |
|---|---|
| A IMPUGNANTE é potencial licitante e tomou conhecimento do pregão referenciado cujo objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de cadeiras e poltronas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. Entretanto, após detida análise do respectivo Edital e seus anexos, a ora Impugnante identificou alguns vícios, ainda que sem nenhum dolo, (detalhamento excessivo do objeto, com características peculiares que acabam por direcionar a um único produto, cerceando | <p>a) Em resposta à impugnação apresentada, informamos que foram realizadas pesquisas de mercado abrangentes com diversos setores especializados no ramo, com o objetivo de garantir uma ampla concorrência e as medidas técnicas do certo.</p> <p>Cumpre esclarecer que nenhuma das empresas consultadas manifestou qualquer questionamento quanto a eventual direcionamento de marca ou restrição de competitividade. Pelo contrário, todas</p> |

assim a competitividade do presente certame) que afrontam princípios basilares do certame licitatório, especialmente, a ampla concorrência, igualdade, economicidade, vantajosidade, conforme detalhadamente segue pontuado vejamos:

II – DO DETALHAMENTO EXCESSIVO NA DESCRIÇÃO DO PRODUTO – DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS O descritivo do produto licitado possui características muito específicas e inócuas que além de restringirem a competitividade no certame. Esse detalhamento excessivo trazido no descritivo dos itens é inócuo, trata-se de produto certificado, os quais já tem sua qualidade, resistência, durabilidade e segurança atestadas por meio dos documentos que terão que ser apresentados, por essa razão, esse detalhamento deve ser combatido, pois, da forma que esta, têm-se o risco de que apenas a fabricante MARELLI consiga atender 100% das especificações com os seus produtos. Dessa forma, alguns pontos deverão ser suprimidos e outros flexibilizados para possibilitar maior competitividade, oferta de produtos e concorrência, esses pontos serão elencados abaixo. Importante frisar que a supressão de alguns pontos e a flexibilização de outros não será para tentar privilegiar algum fabricante específico, mas sim, para adequar o TR aos padrões de mercado e ao que se vê, comumente, na grande maioria das licitações de assentos pelo Brasil. Desse modo faz se necessária a revisão do descritivo para o **AFASTAMENTO DO DETALHAMENTO EXCESSIVO, COM SUPRESSÃO DE ALGUMAS PARTES E FLEXIBILIZAÇÃO DE OUTRAS**, conforme as considerações/sugestões que seguem pontuadas:

a) Com relação ao item 1, o Edital exige que a concha seja bi partida, com mecanismo sincronizado e 5 pontos de parada, além de possuir uma articulação no braço para facilitar o reclino assento/encosto. Dessa forma, com todas essas características apenas a fabricante Marelli, por meio do modelo Boss, conseguirá atender toda a conjuntura de exigências. Ocorre que, como o mesmo texto prevê que o assento e encosto possua junção por meio de lâmina, sendo que a fixação se dá no encosto e no assento, isso acaba por dar um aspecto de concha monobloco, razão pela qual faz-se necessária a flexibilização dessas características para que possa ser aceito, também, concha monobloco, mantendo-se a separação das espumas de assento e encosto. Também seja aceito mecanismo excêntrico que permita o reclino de toda a concha, com no mínimo 4 pontos de parada. Por fim, que também seja aceito braço fixo sem a articulação, tendo em vista que não impedirá o reclino do mecanismo excêntrico. Tais

as empresas consultadas encaminharam propostas comerciais para os itens em questão, o que evidenciava a inexistência de prejuízo à isonomia ou à competitividade do procedimento licitatório.

Desta forma, não se vislumbra a necessidade de reformulação da descrição dos produtos, uma vez que este atende aos princípios norteadores das licitações públicas, especialmente o da competitividade e da seleção da proposta mais vantajoso.

b) Informamos que foram realizadas pesquisas de mercado abrangentes com diversos setores especializados no ramo, com o objetivo de garantir uma ampla concorrência e as medidas técnicas do certo.

Cumpramos esclarecer que nenhuma das empresas consultadas manifestou qualquer questionamento quanto a eventual direcionamento de marca ou restrição de competitividade. Pelo contrário, todas as empresas consultadas encaminharam propostas comerciais para os itens em questão, o que evidenciava a inexistência de prejuízo à isonomia ou à competitividade do procedimento licitatório.

Desta forma, não se vislumbra a necessidade de reformulação da descrição dos produtos, uma vez que este atende aos princípios norteadores das licitações públicas, especialmente o da competitividade e da seleção da proposta mais vantajoso.

c) Esclarecemos que as especificações constantes no Termo de Referência e no Edital foram elaboradas com base em critérios técnicos devidamente fundamentados, visando atender às necessidades específicas da NOVACAP, em conformidade com os princípios de eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.

Além disso, durante a fase preparatória do processo licitatório, foram realizadas pesquisas de mercado abrangentes, envolvendo fornecedores do setor, que confirmaram as disposições técnicas e comerciais das exigências impostas. Não se identificaram restrições que comprometessem a competitividade ou configurassem direcionamento, tendo em vista que diversas empresas se mostraram aptas a atender às questões criteriosas.

Assim, mantemos o entendimento de que as especificações refletem os requisitos indispensáveis ao atendimento do interesse

flexibilizações devem ser aceitas para possibilitar que outros modelos com os mesmos aspectos possam atender o edital.

b) Com relação ao item 4, trata-se de cadeira obeso, a qual também se faz necessária a aceitação de algumas flexibilizações, a fim de ampliar a competitividade e oferta de produtos por outros fabricantes, além disso, tais flexibilizações em nada irão comprometer a qualidade e resistência da cadeira, sendo elas as seguintes: Flexibilização para que seja aceita base metálica, em tubo de aço elíptico 20x45x1,5mm, dotada de reforço interno em barra de aço de no mínimo 6x38mm, tal possibilidade trará a resistência adequada ao modelo de cadeira almejado (obeso), além de possibilitar um leque maior de oferta de produtos. Flexibilização para que seja aceito, também, braço cuja estrutura metálica seja em tubo elíptico 20x45x1,9mm, além de poder possuir apoio em poliuretano injetado ao invés de apenas polipropileno injetado, novamente, tal possibilidade em nada afetará a qualidade e resistência do produto ofertado. Por fim, flexibilização para que a espessura mínima da espuma possa ser 50mm, tendo em vista que a qualidade de uma espuma não está diretamente ligada à sua espessura, mas sim à densidade, resiliência, fator conforto, etc.

c) Com relação à documentação exigida, tendo em vista a especificidade do produto especificado para o item 4, se faz necessária a flexibilização para aceitação, também, além de laudo para norma ABNT NBR 13962:2018, aceitação de laudo para norma internacional ISO 21015:2007, norma esta que possui o mesmo objetivo e finalidade da norma brasileira ABNT NBR 13962:2018. Conforme retro demonstrado, muitas características impedem a participação de empresas de renomes no mercado de fornecimento de mobília, pois acabam sendo muito específicas e restringem a participação de muitos fabricantes, de modo que tal Termo de Referência é uma violação ao princípio da legalidade, pois como se sabe, é poder-dever da Administração Pública zelar pela economia, razoabilidade e moralidade do procedimento licitatório. Destarte, o descritivo do objeto licitado demanda estudo técnico que preveja grande número de fornecedores/fabricantes nacionais, a fim de ampliar o universo de concorrentes para acirrar a disputa de ofertas, obtendo maior vantajosidade para a Administração. Pelos Princípios da Vantajosidade e Economicidade, define-se como sendo prerrogativa da Administração Pública a congregação do maior número possível de concorrentes, viabilizando agregar preço e qualidade aos serviços, como aspectos que interagem e se complementam, promovendo, desta

público, sem prejuízo à isonomia ou à ampla concorrência.

forma, maior competitividade entre os participantes e opções para o órgão licitante em adequar suas possibilidades e necessidades junto ao produto licitado. Sobre importância da competição no procedimento licitatório, muito bem anota José dos Santos Carvalho Filho: “Fácil é verificar que, sem a competição, estaria comprometido o próprio princípio da igualdade, já que alguns se beneficiariam à custa do prejuízo de outros”. (Manual de Direito Administrativo. 11^a. Ed. Lúmen Júris. Rio de Janeiro, 2010, p. 215). Marçal Justen Filho, com o equilíbrio e bom senso que o distinguem, ao comentar a vedação em apreço, assevera: O dispositivo impõe outra regra, de distinta natureza. Não apenas é obrigatório definir com precisão o objeto licitado, mas também estão vedadas exigências supérfluas ou excessivas, que reduzam indevidamente o universo dos licitantes. (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico, 2. ed., rev. e atual., de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002. São Paulo, Dialética, 2003, p. 70). Importante mencionar que quando se diz que o descritivo do produto é complexo, não podemos associa-lo a qualidade do produto, visto que existem produtos no mercado que não possuem essas características específicas, excessivas e desnecessárias, entretanto, estão em conformidade com os testes de resistência, durabilidade e estabilidade, bem como, com a finalidade que se destinam. O Tribunal de Contas da União mantém posicionamento firme para combater a instauração de procedimentos licitatórios cujo objeto apresenta detalhamento excessivo direcionado a um número restrito de fornecedores/fabricantes, a ponto de, sem justificativa plausível, comprometer a concorrência: “De acordo com a jurisprudência do TCU (Ac. 2.407/2006-TCU-Plenário e 2.471/2008-TCU-Plenário, Rel. Benjamin Zymler), a organização pública licitante deve especificar apenas aqueles requisitos indispensáveis à contratação do objeto evitando-se o detalhamento excessivo que possa prejudicar a competição. (Acórdão 2879/2019 – Plenário)”. É nesse sentido que a Egrégia Corte de Contas determina a realização, por parte do órgão licitante, de prévia pesquisa de mercado, a fim de definir o objeto que será licitado, de modo que suas características possam ser atendidas por grande número de fornecedores, com vistas a aumentar a concorrência e evitar direcionamentos: “Enunciado: Em licitações para aquisição de equipamentos, havendo no mercado diversos modelos que atendam às necessidades da Administração, deve o órgão licitante identificar um conjunto representativo desses modelos antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de

modo a evitar o direcionamento do certame para marca ou modelo específicos e a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado” (Acórdão nº 2383/2014. Relator José Múcio Monteiro. Data da sessão: 10.09.2014). E ainda: “98. A ementa do Acórdão 2.383/2014-TCU-Plenário da jurisprudência selecionada do Tribunal é precisa sobre a necessidade da definição do objeto a ser licitado, assim como sobre a importância da pesquisa de mercado. Em licitações para aquisição de equipamentos, havendo no mercado diversos modelos que atendam completamente as necessidades da Administração, deve o órgão licitante identificar um conjunto representativo desses modelos antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a evitar o direcionamento do certame para marca ou modelo específicos e a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado”. (Acórdão nº 1.290/2018) Como se não bastasse, os acórdãos de números 2829/2015 e 623/2012, proferidos pela mesma Corte de Contas da União, abrigam entendimento consonante ao das decisões acima transcritas. Nesse esteio, não restam dúvidas que o Termo de Referência encontra-se eivado de vício insuprível e insanável por severa violação a uma série de princípios basilares que regem os certames licitatórios e, assim, impõe-se a necessidade de reformulação do descritivo dos objetos licitados. III – DOS PEDIDOS Por todo o exposto, REQUER:

- a) Seja reformulado o descritivo dos produtos, nos termos apontados nessa impugnação;
- b) Seja desde já nos concedido acesso ao Estudo Técnico Preliminar, com base na Lei 14.133/2021;
- c) Em caso de negativa a esta impugnação, seja esclarecido o motivo de se ter chegado à essa especificação com detalhes tão restritivos;
- d) Por fim, caso os pedidos acima sejam julgados improcedentes, requer a imediata remessa dos autos a autoridade superior para que exerça o juízo de revisibilidade do feito.

3.2. Tratando-se de um aspecto eminentemente técnico, os autos foram encaminhados à área demandante, nos termos do Despacho – NOVACAP/PRES/NLC (157783023).

3.3. Em resposta, a área técnica exarou o Despacho – NOVACAP/PRES/DS/DSP/DPAT (158254442) nos moldes do quadro acima.

3.4. É o breve relatório.

4. CONCLUSÃO

4.1. Respalhando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e após a análise da alegação apresentada pela Impugnante, entende-se pelo não acolhimento da Impugnação ao Edital, pela inaplicabilidade de

sua alegação.

4.2. A presente resposta à impugnação ao Edital ficará disponível e divulgada nos seguinte endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP) e <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp>.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Núcleo de Licitação**, em 10/12/2024, às 17:31, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **158291492** código CRC= **303603D1**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

00112-00005617/2023-86

Doc. SEI/GDF 158291492